

Estudo Técnico Preliminar 18/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 08059.000362/2020-99

2. Descrição da necessidade

O conjunto de prédios da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF localizados no Setor Policial Sul em Brasília/DF é unidade central do Departamento de Polícia Federal, membro do Conselho Superior de Polícia, integrante da estrutura de órgãos de assessoria direta do Diretor-Geral, possui a missão de gerir os Sistemas de Criminalística e de Bancos de Perfis Genéticos da Polícia Judiciária da União.

Neste ato o conjunto de prédios da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF compreende os edifícios do Instituto Nacional de Criminalística - INC/DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação, subordinado à Diretoria Executiva da Polícia Federal - INI/DIREX/PF.

Considerando o dever da administração de zelar pelo patrimônio público, a presente contratação visa atender às necessidades do órgão para os serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, nas dependências da Diretoria Técnico-Científica (DITEC), localizados no Setor Policial Sul em Brasília/DF, endereço SAIS quadra 07, lote 23.

Faz-se necessário que os serviços sejam executados, de forma contínua dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, com o objetivo de prover a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene.

Os seguintes normativos que disciplinam a contratação pretendida são:

Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

Lei nº 10.520/2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

Decreto nº 10.024/2019, regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Lei nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;

Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2014, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;

Instrução Normativa/MPOG 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Portaria nº 804, de 13/11/2018 do Ministério da Justiça, que regulamenta os procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito dos órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Justiça;

Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017 do Ministério da Economia, que dispõe sobre os valores limites para contratação de serviços de vigilância e de limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg).

Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

Portaria nº 443/2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018; e

Caderno de Logística - Limpeza (https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/servicos_limpeza.pdf)

Este novo processo licitatório se dá em razão da impossibilidade de prorrogação do atual 5º Termo Aditivo - Prorrogação (13091424), processo 08059.001565/2015-35, que expira-se em 17/12/2020 ou até a conclusão da nova contratação, fundamentado no § 4º, Art. 57, da Lei 8.666/1993.

Este estudo visa aprimorar a forma de contratar os serviços de limpeza.

Dessa forma faz-se necessário a contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, nas dependências da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
AEDI/SELOG/DITEC/PF	PCF SÉRGIO TORRES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação do serviço em tela vai ao encontro da necessidade da administração em atender os membros e servidores nas demandas específicas dos setores de forma a não comprometer suas atividades institucionais e por estar amparado na IN nº 05 /2017-MPDG, servirá de apoio à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão.

Os requisitos necessários ao atendimento da necessidade são:

A contratada deve atender as necessidades dos serviços de jardinagem, limpeza, conservação, higienização interna e externa nas dependências da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, localizadas em Brasília-DF, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, tendo em vista que DITEC/PF não possui em seu quadro de pessoal (Lei nº 13.316 de 20/07/2016) cargo específico para a realização destes serviços. Os serviços supracitados são essenciais ao funcionamento do órgão, mantendo a salubridade e higiene das instalações da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF.

A contratada deve seguir as regras e diretrizes para execução do serviço de acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017-MPDG que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O salário a ser pago pela contratada aos profissionais alocados à prestação dos serviços deve observar o salário base estipulado acima ou piso da respectiva convenção coletiva de trabalho, de acordo com seu regular enquadramento sindical.

Sobre a natureza do serviço:

O serviço a ser contratado é de execução contínua, tendo em vista que sua paralisação, acaso ocorra, acarretará incalculável prejuízo ao bom andamento das atividades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF. Sendo assim, incide a regra prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, segundo a qual a duração do contrato relativo à prestação de serviço de execução continuada poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

A contratação almejada se amolda às disposições contidas no art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG /MPDG, segundo o qual os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450 /05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

Sobre os critérios de sustentabilidade:

A contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade nas obrigações com a contratante observando os fundamentos legais constantes no Decreto nº 7.746/2012, Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI/MP, bem como deverá observar as orientações constantes no item 2.4.7 (Boas práticas sustentáveis para contratação de serviços de limpeza) do Caderno de Logística do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Prestação de serviços de limpeza e conservação, versão 2014 ou documento que o vier a substituir e adotar práticas de otimização de recursos ou redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, bem como aos critérios de eficácia e segurança comprovados pela regularidade junto a ANVISA;

Utilizar produtos saneantes com substâncias tensoativas biodegradáveis, e não aquelas consideradas nocivas ao meio ambiente ou que possuam grau de toxicidade superior ao da substância tensoativa original, conforme Portaria ANVISA no 393, de 15/05/98;

Utilizar, sempre que existam, produtos que possuam comercialização em refil;

Providenciar o recolhimento e destinação ambiental adequada de seus resíduos e embalagens, de acordo com o sistema de logística reversa nos termos da Lei no 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Não utilizar produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, conforme Decreto no 2.783/98 Resolução CONAMA no 267/2000;

Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

Realizar vistorias e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras, etc, verificando, entre outros, se existem vazamentos de vapor ou de ar nos equipamentos de limpeza, o estado dos sistemas de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas.

Realizar programa interno de treinamento dos empregados para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

A contratada deverá observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades no órgão, em consonância com a coleta seletiva da DITEC/PF, bem como respeitar a legislação e as Normas Técnicas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

A vigência inicial do contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, de natureza continuada, será de 12 (doze) meses, podendo ter sua prorrogada por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

Não há no caso em tela, não existe a necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

A solução de serviços cuja contratação se pretende possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, enquadrando-se, assim, na definição legal de serviço comum (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

Visando verificar as soluções de mercado, foi realizada pesquisa com outros órgãos da Administração Pública observando os requisitos similares ao pretendido, onde identificamos dentre outras as informações a seguir:

Descrição

Contratação de prestação de serviços, com fornecimento de mão de obra residente, de limpeza, conservação e higienização, com o fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços, nas dependências da sede da Procuradoria-Geral da República e seus Anexos, em Brasília-DF.

Contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização das instalações e de serviços de jardinagem em regime de empreitada por preço global, com fornecimento de material de consumo necessário, assim como dos equipamentos adequados à execução dos trabalhos.

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências do Tribunal de Contas da União, por desempenho/resultado. Compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e insumos necessários.

Contratação de serviços de limpeza nas dependências do TJDF, mediante a dedicação exclusiva de mão de obra, bem como materiais, ferramentas, equipamentos e veículos necessários para a manutenção das condições de trabalho, salubridade e higiene das instalações.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e jardinagem nas instalações da Delegacia de Polícia Federal na Paraíba e de serviços continuados de limpeza e conservação nas instalações da Delegacia de Polícia Federal em Patos/PB, ambos com fornecimento de todo o material de consumo e equipamentos necessários.

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços continuados de limpeza, conservação e jardinagem, compreendendo equipamentos, no edifício-sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), situado no SGAS Quadra 603, Lote 2

Serviços de jardinagem em áreas verdes e áreas pavimentadas, com fornecimento de material de consumo, insumos, ferramentas e e da Presidência da República

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização, carregamento de volumes, obra exclusiva, além do fornecimento de material de limpeza, material de consumo, equipamentos, ferramentas e utensílios.

contratação de empresa para prestação dos serviços de jardinagem, nas dependências e instalações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mão-de obra, uniformes, materiais de consumo, insumos, ferramentas e equipamentos/máquinas adequados à execução dos trabalhos e vasos ornamentais dos Edifícios Sede, Anexos I e II e do espelho d'água do MJSP e das instalações do Arquivo Central e Arquivo

Prestação de serviços de jardinagem e manutenção de áreas verdes, incluindo o fornecimento de mão de obra adequada para o desenvolvimento de trabalhos e manutenção dos equipamentos utilizados e necessários para execução dos serviços a serem realizados nas áreas internas e Biotecnologia e Embrapa Agroenergia.

Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e asseio, com fornecimento de mão de obra, atender aos órgãos e entidades que compõem o Complexo Administrativo do Distrito Federal.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, de forma continuada, nas dependências de

Prestação de serviços de limpeza e conservação de bens imóveis e imóveis referentes à Diretoria Técnico - Científica do Departame

5. Levantamento de Mercado

O atual Contrato nº 27/2015 - DITEC/PF, prorrogado por meio do atual 5º Termo Aditivo - Prorrogação (13091424), restringe-se à execução dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material de consumo e de equipamentos necessários vinculados diretamente ao processo produtivo, no conjunto de prédios da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF.

Não estão contempladas no atual contrato a modernização e evolução dos processos de limpeza, bem como os serviços de jardinagem, cuja necessidade ora se faz presente no escopo da nova contratação pretendida.

Em relação aos serviços de jardinagem estes são necessários para manutenção e conservação das áreas verdes contíguas às edificações da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF.

As áreas verdes são formadas por gramíneas, arbustos e árvores frondosas em fase adulta e jovem, que demandam a preservação estética, a prevenção quanto à invasão de agentes nocivos, tais como pragas, fungos e insetos, para resguardar a salubridade e a higiene das áreas externas.

A ocorrência de árvores frondosas em fase adulta e jovem apresentam as seguintes consequências:

Restrições ao livre trânsito de pedestres e veículos;

Risco de queda de ramos mortos colocando em risco a integridade física das pessoas e do patrimônio público e particular;

As copas frondosas contribuem para o entulhamento das calhas por detritos vegetais prejudicando assim o devido escoamento das águas fluviais;

Conflitos espaciais entre equipamentos urbanos e a arborização.

Com a presente contratação pretende-se manter em perfeito estado de conservação todas as áreas verdes que compõem o paisagismo das instalações Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF, bem como a manutenção das condições fitossanitárias desses locais que são parte integrante do patrimônio deste Órgão.

Destarte, à luz do que atualmente o mercado oferece, por meio das contratações descritas no quadro do subitem 3.9, é possível identificar novas metodologias, tecnologias e inovações que atendem melhor as necessidades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF, para que os servidores desempenhem suas funções em um ambiente mantido em bom estado de conservação, asseio e higiene.

6. Descrição da solução como um todo

Com base nos resultados obtidos neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que deverá ser realizado Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada em limpeza e conservação predial, visando atender às necessidades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, conforme abaixo:

A empresa contratada deverá zelar pela manutenção de um ambiente limpo e higienizado, além de proporcionar um ambiente salubre e com padrões adequados de conservação aos particulares que usufruem das dependências Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF. A aparência do ambiente organizacional faz parte do cartão de visita da instituição, sendo importante a manutenção constante do órgão para manter a harmonia entre os servidores e colaboradores. Um ambiente limpo trás o aumento da produtividade e eficiência de uma instituição, proporcionando um local com sensação de bem-estar, segurança e conforto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O processo licitatório relacionado ao Pregão nº 14/2015 originou o Contrato nº 27/2015 entre a Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e a empresa Servegel Apoio ADM e Suporte Operacional Ltda para a execução de serviços de limpeza e conservação, contanto com inicialmente com uma equipe de 18 pessoas (processo 08059.001565/2015-35).

O Contrato nº 27/2015 encontra-se vigente, por meio do 5º Termo Aditivo - Prorrogação (13091424), processo 08059.001565/2015-35, e expira em 17/12/2020, nos termos do Art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993.

Conforme o Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG, as quantidades a serem levadas em consideração para o cálculo dos custos dos serviços de limpeza e conservação são em função das produtividades estabelecidas e das áreas físicas a serem tratadas, calculadas em m² (metros quadrados).

O Contrato nº 27/2015 - DITEC/PF faz jus aos serviços de limpeza e conservação das instalações da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF que inclui as instalações do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal - INC/DITEC/PF com 22.171 m² (vinte e dois mil, cento e setenta e um metros quadrados) e o Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF, 16.740 m² (dezesseis mil, setecentos e quarenta metros quadrados), totalizando 38.911 m² (trinta e oito mil, novecentos e onze metros quadrados) de área física a ser tratada.

Durante a vigência do Contrato nº 27/2015 ocorreram as seguintes mudanças:

Os blocos A, B, C e D da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF foram submetidos a uma reforma interna com a troca dos pisos e divisórias.

Foi construído o novo Bloco F da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, constituindo por cerca de 30.000 m² (trinta mil metros quadrados).

As estimativas das quantidades, conforme a Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG, são calculadas pela metragem (em m²) das áreas internas, externas e envidraçadas dos blocos A, B, C, D e F da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF descritas a seguir:

Áreas internas compreendem plenários, salas, laboratórios, mobiliário, coberturas, garagens, depósitos, pisos, banheiros e copas;

Áreas externas compreendem áreas não edificadas integrantes do imóvel, como passeios, jardins e gramados, rampas, estacionamento externo, área de circulação de veículos e acessos;

Áreas envidraçadas internas compreendem vidros, esquadrias internas e externas.

O quadro a seguir informa os quantitativos das áreas a serem tratadas, **estabelecendo-se o preço unitário mensal por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço:**

Resumo Geral	Tamanho das Áreas						
Áreas Internas	Bloco A	Bloco B	Bloco C	Bloco D	Bloco F	INI	<u>TOTAL</u>
Pisos Acarpetados	1.195 m²	1.403 m²	233 m²	302 m²	2.968 m²	291 m²	6.392 m²
Pisos Frios	1.092 m²	1.004 m²	863 m²	533 m²	7.900 m²	2.105 m²	13.497 m²
Garagem	0	502 m²	0	0	6.734 m²	0	7.236 m²
Laboratórios	226 m²	0	0	0	1.225 m²	46 m²	1.497 m²
Laboratórios com Insalubridade	0	0	697 m²	0	560 m²	0	1.257 m²
Almoxarifado/Galpão	0	35 m²	0	32 m²	667 m²	0	734 m²
Saguão/Hall	0	253 m²	0	0	0	94 m²	347 m²
Banheiros	123 m²	100 m²	137 m²	48 m²	508 m²	87 m²	1.003 m²
Áreas Externas	Bloco A	Bloco B	Bloco C	Bloco D	Bloco F	INI	<u>TOTAL</u>
Pisos Pavimentados (adjacentes/contíguos)	187 m²	0	185 m²	110 m²	571 m²	2.123 m²	3.176 m²
Varrição de Passeios/Arruamentos	1.895 m²	3.383 m²	0	0	1.695 m²	2.114 m²	9.087 m²
Pátios e Áreas Verdes de Alta Frequência	503 m²	920 m²	784 m²	273 m²	457 m²	686 m²	3.623 m²
Pátios e Áreas Verdes de Média Frequência	0	0	0	0	0	0	0
Pátios e Áreas Verdes de Baixa Frequência	0	2.884 m²	552 m²	0	0	3.390 m²	6.826 m²
Esquadrias	Bloco A	Bloco B	Bloco C	Bloco D	Bloco F	INI	<u>TOTAL</u>
Face Externa com Exposição	0	0	0	0	0	0	0
Face Externa sem Exposição	220 m²	104 m²	156 m²	160 m²	486 m²	428 m²	1.554 m²
Face Interna	279 m²	108 m²	220 m²	196 m²	2.548 m²	428 m²	3.779 m²
<u>TOTAL</u>	5.720 m²	10.696 m²	3.827 m²	1.654 m²	26.319 m²	11.792 m²	60.008 m²

O Anexo VI - B, Serviço de Limpeza e Conservação da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG define os índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias e:

Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação (item 10 do Anexo VI - B);

Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública (subitem 2.1 Anexo VI - B);

As produtividades mínimas e máximas estimadas levaram em consideração os parâmetros definidos pela Instrução Normativa nº 5 /2017-MPDG, bem como a observância das peculiaridades da execução contratual nos anos anteriores, em observância ao item 2.1 do Anexo VI-B da IN 5/2017-MPDG;

A produtividade máxima delimita o intervalo entre a produtividade mínima e a produtividade a ser apresentada pela licitante sem a necessidade de comprovação de exequibilidade, conforme disposto na alínea "d" do item 1 do Anexo VI-B da IN 5/2017-MPDG. A licitante poderá alterar a produtividade de referência superiores às máximas apresentadas acima, após a vistoria nas dependências da DITEC/PF e INI/DIREX/PF e desde que apresente justificativas que demonstre sua exequibilidade;

O caderno de Logística conterá metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida neste anexo, podendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante (item 10 do Anexo VI - B);

O órgão ou entidade contratante poderá adotar índices de produtividade diferenciados dos estabelecidos neste anexo, desde que devidamente justificado nos Estudos Preliminares (item 11 do Anexo VI - B).

Considerando a ampliação da área a ser limpa e dos serviços de jardinagem, a produtividade final a ser adotada foi calculada em função dos contratos anteriores, dos constantes de outros órgãos públicos e de propostas vencedoras de pregões eletrônicos conforme a Planilha Cálculo de Produtividade (15066050).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Os seguintes normativos apresentam a metodologia utilizada para determinação dos valores limites para a contratação dos serviços de limpeza e conservação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional:

A Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio de ANEXO VII-D apresenta o modelo de planilha de custos e formação de preços.

A Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, com as alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dispõe sobre os procedimentos administrativos de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

A Portaria nº 23, de 25 de setembro de 2017, que dispõe sobre os valores limites para contratação de serviços de vigilância e de limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg)

Conforme disposto no art. 1º da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, os valores limites para a contratação dos serviços de vigilância, limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), estão divulgados nos cadernos técnicos que trazem a metodologia utilizada para obtenção desses valores.

Consta como o caderno técnico atual, o Caderno Técnico - 2019 (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/83-gestor-de-compras/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/485-distrito-federal>) do Ministério da Economia, apresenta a metodologia utilizada para determinação dos valores limites para a contratação dos serviços de limpeza e conservação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para o Distrito Federal:

A fixação dos valores limites para os serviços de limpeza e conservação, e os estudos de fatores de formação de custos para o estabelecimento de preços mínimos e máximos são balizados em conformidade com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária, bem como na Convenção Coletiva de Trabalho e nos dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE) e, ainda, estatísticas sobre saúde e segurança do trabalhador disponibilizadas pelo INSS. Alguns fatores foram estabelecidos com base nos estudos da Fundação Instituto de Administração - FIA, dentre eles, o salário do encarregado.

Será adotada a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com o número de registro no MTE: DF000001/2020 para os ajustes necessários aos valores do Caderno Técnico DF/2019 (15055694).

Portaria nº 804/SE/MJ, de 13 de novembro de 2018, que regulamenta os procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito dos órgãos e entidades vinculadas do Ministério da Justiça.

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

ATIVIDADE OU SERVIÇO	CÓDIGO	OCU.

LIMPEZA, CONSERVAÇÃO e HIGIENIZAÇÃO das instalações e bens.	CBO 5143-20	Auxil
	CBO 4101 -05	Encar
JARDINAGEM	CBO 6220-10	Jardin
	CBO 9922-25	Auxil

No intuito de promover o adequado atendimento a esses dispositivos normativos, bem como propiciar um levantamento justo do preço máximo a ser aceito pela Administração quando da execução da fase externa do procedimento licitatório, foi elaborada a Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços para a contratação de serviço limpeza, conservação e jardinagem para atenderem à demanda da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF e e do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal - INI/DIREX/PF.

A planilha tomou por base os seguintes critérios para elaboração:

- a) Pesquisa de preços de contratações similares na Administração Pública por meio do Painel de Preços do Governo Federal e junto a outras Unidades Gestoras;
- b) Pesquisa de preços dos itens referentes a uniformes e equipamentos;
- c) Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 (14665794) firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal, CNPJ nº 00.438.770/0001-10, e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal- SINDISERVICOS/DF, CNPJ nº 00.530.626/0001-00, registrado no Ministério do Trabalho sobre o registro DF0000001/2020;
- d) Caderno de Estudos Técnicos (15055694) para serviços de limpeza na região do Distrito Federal : Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação 2019, publicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no link (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/83-gestor-de-compras/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/485-distrito-federal>);
- e) Informações acerca da estimativa de vida útil dos equipamentos, dos materiais de consumo a serem utilizados, do tipo de área na qual o serviço será prestado, da produtividade, dos uniformes, entre outros.

Diversos dos custos dos serviços de terceirização são fixos, por exemplo: salário base da categoria, encargos sociais, benefícios e direitos obrigatórios previstos nas Convenções Coletivas de trabalho (vale-transporte, vale-alimentação, auxílio funeral, assistência médica, etc) e mesmo aspectos tributários, que apesar de variarem tem aspectos de custos não gerenciáveis para efeito de licitação, considerando o enquadramento legal de cada empresa.

Além desses custos efetivamente fixos, há estimativas das ausências legais e dos percentuais de empregados demitidos com ou sem justa causa, que variam de empresa para empresa, seja em virtude do tipo de atividade, do local de prestação do serviço ou qualquer outro fator externo. Para essas estimativas, todavia, os parâmetros mais aceitáveis são os apurados pela gestão dos serviços efetivamente contratados por cada órgão, desde que possuam dados confiáveis.

No caso específico deste processo, não há dados estatísticos adequados para a definição das estimativas de ausências e desligamentos, assim, foram considerados os dados constantes do Caderno de Estudos Técnicos para serviços de limpeza na região do Distrito Federal: Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação 2018.

No caso específico deste processo, não há dados estatísticos adequados para a definição das estimativas de ausências e desligamentos, assim, foram considerados os dados constantes do Caderno de Estudos Técnicos para serviços de limpeza na região do Distrito Federal: Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Limpeza e Conservação 2018.

De acordo com o Anexo VI-D da IN nº 5/2017-MPDG, a Planilha de Custos e Formação de Preços é composta por seis módulos:

- a) Módulo 1 - Composição da Remuneração;
- b) Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários;
- c) Módulo 3 - Provisão para Rescisão;

- d) Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente;
- e) Módulo 5 - Insumos Diversos e;
- f) Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

O valor total por empregado é resultante do somatório dos módulos 1 a 6 (postos de trabalho).

O Módulo 5 - Insumos Diversos é composto pelos custos de materiais de consumo mensal, equipamentos e uniforme. A composição do custo estimado com materiais de consumo e com equipamentos foi feita com base em pesquisa no painel de preços e em sites especializados. A composição do custo com uniformes, por falta de localização desses itens no painel de preços, bem como pelo fato de representarem uma pequena parcela na composição do custo total do posto, foi feita apenas em sites especializados (XXXXXX). As tabelas a seguir demonstram os preços obtidos e a composição estimada do custo desses insumos;

A licitação dos serviços de limpeza, conservação e jardinagem não será feita com base em postos de trabalho e sim por metro quadrado de serviço prestado, nesse sentido será utilizada a sistemática para definição do custo do metro quadrado por tipo de área, conforme as definições apresentadas no ANEXO VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017 – SG/MPDG, que apresenta o modelo de planilha de custos e formação de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra sobre o parcelamento das soluções a serem contratadas não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala.

O foco principal da contratação pretendida é a contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, nas dependências da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF.

A solução de dividir pregões eletrônicos em itens é possível, de modo a possibilitar a ampliação da disputa entre os licitantes. Todavia, não pode haver prejuízo para o conjunto ou complexo licitado. Para que tal situação não ocorra, é possível reunir os itens em lotes ou grupos, atentando-se para o fato de que o fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória.

As duas formas de se realizar o pregão eletrônico – itens reunidos em lote(s) ou item único – atendem as necessidades do órgão que necessita contratar serviço único e integrado. O ponto em comum de ambas soluções reside no fato de que aquilo que pode ser reunido deve ser concentrado, de sorte que apenas uma empresa ou um consórcio vença a licitação, solução esta que não pode ser diferente quando se pretende proceder à contratação de determinado serviço que funcione perfeitamente e em completa harmonia e interligação.

Assim, não será prevista a contratação em vários itens ou mesmo lotes, de sorte que apenas uma empresa ou um consórcio vença a disputa do certame, garantindo-se que de contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem seja eficaz e atenda aos interesses de todos.

A solução escolhida foi a aglutinação da contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem em um único item e contrato considerando que os serviços são prestados por empresas do ramo de serviços gerais, englobados na mesma CCT e que quase na sua totalidade as empresas que prestam serviço de limpeza e conservação igualmente prestam serviço de jardinagem, não havendo que se falar em prejuízo à isonomia tampouco à economicidade da contratação. Do ponto de vista do controle da execução contratual e da economia processual a solução adotada e plenamente plausível e adequada, sendo que, conforme demonstrado no presente Estudo outras entidades públicas adotaram o modelo de contratação, também em conformidade com recentes orientações do Tribunal de Contas da União, conforme consta na Nota Técnica SELOG/DITEC/PF (14683824).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No Boletim de Serviço nº 093, de 19 de maio de 2014, foi publicada a Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, que aprova a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências. O ANEXO I da referida portaria traz o PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL – 2010/2022 propriamente dito.

No item 9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS do citado anexo, destacam-se, para o caso da contratação, o Objetivo Institucional de Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais e o Objetivo Institucional de Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico.

Objetivo Institucional de Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais: Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Ação Estratégica sobre Gestão de Obras e Infraestrutura: Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Ação Estratégica sobre Gestão de Contratos: Acompanhar e controlar sistematicamente a execução dos contratos, agindo de forma pró-ativa e preventiva para o pleno cumprimento das cláusulas previstas no instrumento contratual, bem como analisar e verificar a necessidade de ajustes, melhorias e renovações.

Ação Estratégica sobre Gestão de Compras: Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade.

Ação Estratégica sobre Gestão Patrimonial: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de planejamento, padronização, controle, otimização de uso e inventário dos bens e materiais de consumo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Objetivo Institucional de Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico: Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Ação Estratégica sobre Gestão Orçamentário-Financeira: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de uniformização e padronização de procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de supervisionar, controlar e avaliar a execução orçamentária, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Ação Estratégica sobre Gestão do Orçamento Estratégico: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gerenciamento orçamentário e de elaboração de planos plurianuais, compatibilizando-os com as estratégias de gestão, no sentido de conceber um modelo de administração sustentado no planejamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

Ação Estratégica sobre Fortalecer a governança: Fortalecer os mecanismos do órgão que definem o direcionamento estratégico, supervisionam a gestão, promovem o envolvimento das partes interessadas, gerenciam riscos estratégicos, monitoram os resultados, o desempenho e o cumprimento de políticas e planos e promovem a accountability e a transparência, garantindo a eficácia e efetividade das ações e fornecendo subsídios para processo decisório de qualidade.

Ação Estratégica sobre Aprimoramento do ambiente de controle: Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos para que os controles internos adotados contribuam para a consecução dos resultados planejados, considerando uma adequada segregação de funções, comunicação eficiente, procedimentos e instruções operacionais padronizados e formalizados nos quais haja incentivo à participação dos servidores, e cujos mecanismos gerais sejam percebidos por todos os servidores nos diversos níveis da estrutura organizacional.

Ação Estratégica sobre Gestão da avaliação de riscos: Diagnosticar, mensurar, classificar, priorizar, probabilizar e adotar as medidas para tratamento dos riscos de origem interna ou externa envolvidos nos processos estratégicos e que gerem informações úteis à tomada de decisão, bem como definir os níveis de riscos que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão, avaliando-os de forma contínua.

Ação Estratégica sobre Aprimoramento das políticas de controle: Aprimorar políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, visando ao estabelecimento de controles apropriados que estejam pautados em um plano de longo prazo, tenham custo

compatível com os benefícios de sua aplicação, sejam abrangentes e razoáveis e diretamente relacionados à diminuição de riscos e ao alcance dos objetivos estabelecidos.

Ação Estratégica sobre Promoção da accountability e da transparência da gestão: Aprimorar a transparência da gestão ao público interno e externo e fomentar mecanismos de prestação de contas para a sociedade.

Sendo assim, a contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem, nas dependências da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF localizada no Setor Policial Sul em Brasília/DF possui amparo no planejamento estratégico do órgão.

12. Resultados Pretendidos

Com a contratação em tela pretende-se atingir os seguintes benefícios:

garantir um ambiente limpo e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não só ao servidor, como também a todos os usuários e visitantes que buscam os serviços Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF;

garantir a continuidade dos serviços, cuja interrupção pode comprometer o fluxo dos trabalhos no âmbito das áreas da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF; e fortalecer o princípio da economicidade.

13. Providências a serem Adotadas

Quanto à adequação do ambiente do Órgão, não foram constatadas necessidades de modificações ou adaptações para que os serviços a serem licitados sejam prestados de forma adequada. Portanto, o atendimento das necessidades se dará de acordo com as edificações e ambientes já consolidados nesta Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF.

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para os servidores que irão atuar no contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

ANEXO

DO

TERMO DE REFERÊNCIA

PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados como MATERIAL DE CONSUMO:

1. Utilizar preferencialmente, produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental.
2. Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis e atóxicos, conforme determina as normas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento.
3. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Resolução RDC nº 35/2008 da ANVISA.

4. Adotar medidas para que seus empregados evitem o desperdício de água tratada na Diretoria Técnico-Científica, conforme instituído na Instrução Normativa SLTI nº 01/2010.
5. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica e de água e também minimizar a produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes, realizando um treinamento nos três primeiros meses de execução contratual.
6. Receber do CONTRATANTE informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

USO RACIONAL DA ÁGUA

7. A CONTRATADA deverá capacitar parte do seu pessoal quanto ao uso da água.
8. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da CONTRATADA, esperadas com essas medidas.
9. Sempre que adequado e necessário, a CONTRATADA deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica de cuja utilização será precedida de avaliação pelo CONTRATANTE das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora.
10. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

11. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e baixo consumo.
12. Caso necessário, durante a limpeza noturna, quando permitida, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas.
13. Comunicar ao CONTRATANTE sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas.
14. Sugerir, ao CONTRATANTE, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc.
15. Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho equivalente.
16. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.
17. Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
18. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo CONTRATANTE.

REDUÇÃO DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

19. Em conformidade com a Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, separar lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, para que sejam entregues aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, e como última opção, passar à CONTRATANTE, para que ocorra o repasse aos fabricantes e/ou importadores, para que estes adotem, diretamente ou por meio de terceiros, os procedimentos de reutilização, reciclagem,

tratamento ou disposição final ambientalmente adequada, em face dos impactos negativos causados ao meio ambiente pelo descarte inadequado desses materiais.

20. Quando implantado pelo CONTRATANTE Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo CONTRATANTE.

21. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá observar as seguintes regras:

21.1. MATERIAIS NÃO RECICLÁVEIS: São todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e estes são denominados REJEITOS, como: lixo de banheiro; papel higiênico; lenço de papel e; Outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; teco de cigarro; cinza e ciscos - que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais; Pilhas - são acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante.

21.2. MATERIAIS RECICLÁVEIS: Para os materiais secos recicláveis, deverá ser seguida a padronização internacional para a identificação, por cores, nos recipientes coletores (VERDE para vidro, AZUL para papel, AMARELO para metal, VERMELHO para plástico e BRANCO para lixo não reciclável).

21.3. Deverão ser disponibilizados pelo Contratante recipientes adequados para a coleta seletiva:

- vidro (recipiente verde)
- plástico (recipiente vermelho)
- papéis secos (recipiente azul)
- metais (recipiente amarelo)

22. Quando implantado pelo CONTRATANTE operações de compostagem/fabricação de adubo orgânico, a CONTRATADA deverá separar os resíduos orgânicos da varrição de parques (folhas, gravetos etc) e encaminhá-los posteriormente para as referidas operações, de modo a evitar a sua disposição em aterro sanitário.

23. Fornecer sacos de lixo nos tamanhos adequados a sua utilização, com vistas à otimização em seu uso, bem como a redução da destinação de resíduos sólidos de acordo com a legislação.

24. Aperfeiçoar a utilização dos sacos de lixo, de cujo fornecimento é de sua responsabilidade, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

25. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

26. Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários de cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio.

27. Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas.

28. Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44, da Lei no 6.360 de 23 de setembro de 1976, e do artigo 67 do Decreto no 79.094 de 05 de janeiro de 1977, as prescrições da Resolução Normativa nº 1, de 25 de outubro de 1978, de cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante, sendo os anexos da referida Resolução:

Anexo I - Lista das substâncias permitidas na Elaboração de Detergentes e demais Produtos Destinados à Aplicação em objetos inanimados e ambientes;

Anexo II - Lista das substâncias permitidas somente para entrarem nas composições de detergentes profissionais;

Anexo III - Especificações e;

Anexo IV - Frases de Advertências para Detergentes e seus Congêneres.

29. Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria nº 9, de 10 de abril de 1987, em face de que a relação Risco x Benefício pertinente aos corantes ali relacionados é francamente desfavorável a sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos.
30. Fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
31. Não se utilizar na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001, de saneantes domissanitários de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução 336, de 30 de julho de 1999.
32. Fica terminantemente proibida a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portaria DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária nº 8, de 10 de abril de 1987.
33. Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC nº 174, de 08 de julho de 2003, e os anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997.
34. Somente aplicar saneantes domissanitários de cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, conforme disposições da Portaria. Nº 874, de 05 de novembro de 1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários, em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde e necessidade de evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas.
35. Considera-se biodegradável a substância tensoativa susceptível de decomposição e biodegradação por micro-organismos com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%. Fica definido como referência de biodegradabilidade para esta finalidade específica o dodecilbenzeno sulfonato de sódio.
36. O CONTRATANTE poderá coletar uma vez por mês e sempre que entender necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais.
37. Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente do laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.
38. Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as gradações e álcool etílico anidro;
39. Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham o Benzeno em sua composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos avaliados pela IARC - *International Agency Research on Cancer*, Agência de pesquisa referenciada pela OMS – Organização Mundial da Saúde, para analisar compostos suspeitos de causarem câncer, e a categorização da substância como cancerígena para humanos; necessidade de resguardar a saúde humana e o meio ambiente e considerando os riscos de exposição, incompatível com as precauções recomendadas pela Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto n.º 79.094, de 5 de janeiro de 1977 e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, face aos riscos oferecidos.
40. Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979.
41. Os produtos químicos relacionados pela CONTRATADA, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro na ANVISA/Ministério da Saúde.
42. Recomenda-se que a CONTRATADA utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato.
43. Apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com empregados da Contratada ou com terceiros.

POLUIÇÃO SONORA

44. Para seus equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db(A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face de o ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando os elementos expostos neste Estudo, declara-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação predial.

Todos os processos de compras do Cade são registrados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, de modo que todos os documentos instrutórios de tais processos (inclusive o Estudo Técnico Preliminar), encontram-se com vistas franqueadas aos interessados, mediante acesso ao portal.

16. Responsáveis

Membro da equipe de planejamento.

VALERIA BASTOS DOURADO
AGENTE ADMINISTRATIVO

Membro da equipe de planejamento.

SÉRGIO TORRES SANTOS
PERITO CRIMINAL FEDERAL / CHEFE DO SELOG/DITEC/PF

Membro da equipe de planejamento.

JÚLIO COELHO FERREIRA DE SOUZA
PERITO CRIMINAL FEDERAL

Membro da equipe de planejamento.

ALAN DE OLIVEIRA LOPES
PERITO CRIMINAL FEDERAL / DIRETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - DITEC/PF